

## PROJETO DE LEI Nº. 14, DE 20 DE MARÇO DE 2024

Autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder regime suplementar temporário emergencial de excepcional interesse público.

- **Art. 1º** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder regime suplementar temporário emergencial de excepcional interesse, no total de 10 horas, ao cargo efetivo de Procurador Municipal.
- **Art. 2º** A concessão do regime suplementar se dará pelo período de até 6 (seis) meses.
- **Art. 3°** O valor referente às 10 horas de regime suplementar será proporcional aos vencimentos do cargo de procurador municipal.
- **Art. 4°** Ao Município fica resguardado o direito de revogar a concessão do regime suplementar autorizado por esta Lei a qualquer tempo, por motivo de conveniência administrativa.
- **Art. 5º** As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

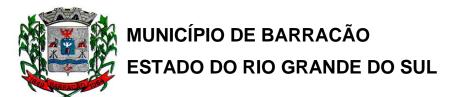
0201 – GABINETE DO PREFEITO

- 2114 Manutenção dos serviços de assessoria jurídica 3190.11.00.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal CI
  - **Art. 6º** As disposições da presente Lei ficam inclusas no PPA e LDO.
  - **Art. 7º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Barração, 20 de março de 2024.

**LUIZ CARLOS DA SILVA,** 

Vice-Prefeito Municipal, em exercício



## EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO PROJETO DE LEI Nº. 14, DE 20 DE MARÇO DE 2024

Colenda Câmara de Vereadores,

Apraz-nos cumprimentá-los e, na oportunidade, repassar o incluso Projeto de Lei, para análise e apreciação de Vossas Excelências em Sessão Extraordinária.

A concessão a qual se busca autorização legislativa se mostra necessária diante dos motivos descritos no memorando anexo a este projeto, protocolado pelo servidor que atualmente ocupa o cargo de procurador municipal.

Desempenhar a sua função principal, solucionando dúvidas e apoiando todos os setores, bem como realizando peticionamentos e defesas nos processos nos quais o Município de Barracão é parte, demanda tempo e comprometimento, diante disso, vimos por meio desse solicitar o aumento de horas trabalhadas, por período determinado, para que assim o servidor possa executar suas tarefas em tempo hábil e de forma satisfatória, não tendo assim que agir rapidamente em razão do curto período de tempo disponível.

Deixamos de apresentar o impacto orçamentário-financeiro haja vista a despesa ser por curto período, não ultrapassando dois exercícios, a teor do art. 17 da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000.

Sendo o que tínhamos para o momento, deixamos os votos da mais elevada estima e apreço.

Atenciosamente,

**LUIZ CARLOS DA SILVA,** 

Vice-Prefeito Municipal, em exercício